

## Clausewitz, Marx, Engels e Lenin:

Rupturas, Continuidades ou Parentescos Intelectuais na Relação entre Guerra e  
Revolução?

Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos

**Como citar:** PASSOS, R. D. F. D. Clausewitz, Marx, Engels e Lenin: Rupturas, Continuidades ou Parentescos Intelectuais na Relação entre Guerra e Revolução?. *In*: DEO, A.; MAZZEO, A. C.; ROIO, M. D. (org.). **Lenin** : teoria e prática revolucionária. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p.299-314. DOI: <https://doi.org/10.36311/2015.978-85-7983-680-0.p299-314>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

# CLAUSEWITZ, MARX, ENGELS E LENIN: RUPTURAS, CONTINUIDADES OU PARENTESCOS INTELECTUAIS NA RELAÇÃO ENTRE GUERRA E REVOLUÇÃO?

*Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos*

“A revolução é uma guerra. É, de todas as guerras conhecidas na história, a única legítima, legal e justa verdadeiramente grande guerra. [...] na Rússia, essa guerra foi declarada e iniciada”<sup>1</sup>.

## INTRODUÇÃO

O objetivo deste texto é apresentar uma brevíssima leitura da obra *Da Guerra* do general prussiano Carl von Clausewitz (1780-1831), e sua relação com pontos específicos do pensamento de Marx, Engels e Lenin no que se refere a suas formulações teóricas e políticas. Pretende-se demonstrar que o interesse dos expoentes do materialismo histórico e do líder bolchevique pelas formulações do referido general vai além da famosa assertiva de que a guerra é a continuação da política por outros meios. Tal formulação tem conseqüências de maior amplitude, que tangenciam não somente a guerra, mas também outras ações políticas fortes, em particular, as revoluções, além de uma perspectiva dialética presente no entendimento do conflito político. A tese central refere à existência de um parentesco intelectual entre Marx, Engels, Lenin e Clausewitz que aponta para a validade de vários aspectos da guerra para a política e principalmente para as revoluções.

<sup>1</sup> Encontramos o trecho citado em LENIN, 1980, p. 10-11.

Em um primeiro momento, farei uma leitura de Clausewitz sobre a relação entre a guerra e política, mostrando como a lógica da primeira é a mesma da última. Ao abordar o pensamento de Marx e Engels, farei mais sucintamente, breve análise de diferentes momentos em que tratam da relação entre guerra e política. Posteriormente, exporei como isso se apresenta em formulações de Lenin no que refere a uma guerra e uma revolução.

### CLAUSEWITZ: A LÓGICA DA GUERRA PERTENCE À POLÍTICA

As formulações do influente general prussiano Carl Philipp Gottlieb von Clausewitz chamam a atenção por sua definição sistemática, densa e complexa do fenômeno guerreiro e sua determinação política, social e histórica, dentre outros aspectos. No seu dizer, o entendimento de cada manifestação do fenômeno bélico passaria pela compreensão de uma conjuntura histórica específica, diferente de outras guerras: a “[...] guerra é um verdadeiro camaleão que sutilmente adapta suas características para o caso dado”<sup>2</sup> (CLAUSEWITZ, 1984, p. 89).

Meu exame será restrito à lógica comum à política e à guerra. A guerra é entendida como uma ação política que tem um meio peculiar para sua manifestação a violência. Tal definição considera a política tanto como aquela implementada por meios pacíficos entre os Estados, por notas diplomáticas, como a forma belicosa. A guerra é apenas mais uma maneira desses mesmos Estados se manifestarem, implicando que a política como um todo não cessa quando os contatos diplomáticos são suspensos. A guerra pode ter sua própria gramática, mas sua lógica pertence à política (CLAUSEWITZ, 1984, p. 605). A política pode ter sua forma pacífica sob a diplomacia ou violenta, sob a guerra. Toda guerra implica em imposição de uma vontade sobre o oponente, isto é, envolve a busca de poder em diferentes feições. Tal busca implica em ações políticas. Assim, todas as guerras possuem objetivos políticos. A gramática da guerra diz respeito às suas peculiaridades, aos pontos que nem sempre estão presentes em todas as ações políticas. A violência seria exemplar nesse sentido. Apesar de sua manifestação na política, não aparece em todas as ações políticas. Tudo o que se relaciona especificamente à guerra, à violência, às suas leis próprias,

---

2 Todas as citações de textos em inglês e espanhol tiveram minha tradução.

ao engajamento - definido por Clausewitz como todos os aspectos operacionais ligados especificamente à guerra (CLAUSEWITZ, 1984, p. 95) – constitui sua gramática. A guerra é uma ação política forte, que envolve paixão, na qual os homens se lançam de todo o coração, com coragem (JOUVENEL, 1963, p. 63-64). Nesse caso, os sujeitos da ação têm uma ligação de caráter patético – assim considerado, pois deseja-se transformar o mundo e tal perspectiva gera uma empatia, uma comoção emocional ou tem uma influência tocante -, e no caso específico da guerra, atingir o fim (impor a vontade de uma organização, que no caso é um exército, ao adversário, um outro exército).

A guerra se diferencia das ações políticas fracas, como normalmente o é o voto, atitude em que o sujeito da ação empresta pouca importância emocional, ao cumprir um ritual do qual não cogita abdicar e com o qual possui uma ligação simpática, afim. No entanto, não há de modo algum uma ligação patética. Mesmo que lhe seja facultado votar e o faça, trata-se ainda de uma ação política fraca, pois ela tem um alcance pequeno, limitado no sentido de transformar o mundo e a realidade à sua volta. Todavia, o caráter patético pode estar presente no voto, se ele estiver associado a uma escolha que envolva uma transformação, um forte apego a valores ou idéias de ruptura, de mudança social ou de imposição de uma nova visão de mundo.

Por sua vez, a gramática da guerra diz respeito a todos os elementos relacionados à violência, aspectos não necessariamente presente em todas as ações políticas. Para entender as conseqüências de tal formulação para a definição da política, deve-se ter em vista os dois tipos de guerra delineados por Clausewitz: a guerra real e a guerra absoluta.

Clausewitz define como guerra absoluta uma “fantasia lógica” (CLAUSEWITZ, 1984, p. 78), um puro conceito de violência, um extremo caracterizado por um choque de forças operando livremente obedecendo a nenhuma lei a não ser suas próprias. As guerras napoleônicas tenderam a se aproximar da forma absoluta na medida em que foram conduzidas com forte intensidade. Ou seja, sob o comando de Bonaparte, a França, em suas vitórias, lutou sem trégua, até os inimigos sucumbirem (CLAUSEWITZ, 1984, p. 580). Estando no campo dos extremos, a guerra absoluta pertence ao mundo abstrato. Difere do mundo real e é, portanto, muito difícil de

ser concretizada. Os intérpretes contemporâneos (ARON, 1986a, p. 72; HOWARD, 1983, p. 70-71) de Clausewitz entenderam que um exemplo da manifestação da guerra absoluta na realidade contemporânea – ponto jamais imaginado pelo general prussiano - seria o uso de armas atômicas ou nucleares. Tal episódio se adequaria à descrição proposta por Clausewitz, isto é, consistiria em uma manifestação extrema da violência em um único episódio, sem que a política apareça como elemento moderador de sua intensidade. Isso não significa que a política saia de cena na guerra absoluta.

De modo diverso, a guerra na sua forma real nunca ocorre como um ato isolado, repentino e desconexo de eventos prévios no mundo político. Não consiste de um único decisivo ato ou apenas um conjunto simultâneo de atos. Por outras palavras, a violência se manifesta em diferentes momentos que não correm ao mesmo tempo. Não há uma única manifestação da violência que, na sua extrema intensidade de manifestação, decida inapelavelmente a guerra. A guerra real não é uma decisão perfeita e completa em si própria. Ela é um conjunto de atos em que há influência de eventos anteriores ligados às questões políticas que norteiam a guerra (CLAUSEWITZ, 1984, p. 78). Ela contempla toda sorte de obstáculos, dificuldades, incidentes menores colocados pela realidade durante o desenrolar das hostilidades, o que Clausewitz chama de fricção. Por outras palavras, situações múltiplas, inúmeros incidentes menores que não poderiam ser previstos em um planejamento teórico da guerra ou na presunção da pura disciplina dos soldados que cumprissem e executassem um plano de guerra.

Na guerra real em geral, a tensão referente aos elementos em luta, durante o tempo em que as hostilidades se desenrolam, tem a sua energia descarregada em choques menores, descontínuos. Isto é, não se aproxima da feição de um choque único que envolve toda a energia dos elementos em luta, própria da guerra absoluta (CLAUSEWITZ, 1984, p. 579) e a tendência ao extremo é moderada, por conta de sucessivos atos existentes no contexto real (CLAUSEWITZ, 1984, p. 79). No entendimento de Clausewitz, todo plano de guerra está em um certo sentido situado entre os dois conceitos de guerra em questão (1984, p. 580-581).

Sustentamos que a guerra possui a mesma lógica da política e, portanto, a política acompanharia a guerra, possuindo também uma feição absoluta e uma feição real. Não há explicitamente a menção

de uma política absoluta no texto de Clausewitz. É possível afirmar que a guerra absoluta poderá ser um parâmetro geral a ser considerado em um plano de guerra, quando for pertinente ao caso específico em consideração (CLAUSEWITZ, 1984, p. 581). Sendo procedente a consideração da forma absoluta em dado momento em conformidade com o esforço demandado pelo adversário e pelo objetivo político em vista, tal extremo pode ser contemplado na avaliação da guerra que se pretende conduzir. Quanto maior o esforço demandado pelo oponente, quanto mais grandiosa e inspiradora for a política motivadora de sua manifestação, mais a violência da guerra se aproximará do extremo (CLAUSEWITZ, 1984, p. 87-88).

Partindo dessa linha de raciocínio, a interpretação de Pierre Naville sobre Clausewitz dá conta de uma política real e uma política absoluta (NAVILLE, 1955, p. 28). Entretanto, o comentador mencionado não fornece uma definição mais precisa do que seria uma política absoluta e uma política real. Ele sustenta que a política absoluta, a própria essência das relações políticas, é uma abstração que nunca foi concretizada, senão no momento revolucionário, aquele mais intenso e mais fugaz da vida social. De modo distinto, a política absoluta também pode ser também a guerra. Por outras palavras, a política, em sua forma mais elevada, quando não alcançar sua forma abstrata, extremada, pode ser a revolução – sem estar aí todo o processo revolucionário, que tem seu momento decisivo na insurreição - ou a guerra (NAVILLE, 1955, p. 28-31). Temos, portanto, três possibilidades de política absoluta: guerra, revolução e uma forma abstrata.

Entendo que tal compreensão não confunde lógica e gramática da guerra porque, a partir da formulação clausewitziana, a natureza própria ou específica da guerra não está no absoluto, no extremo. A natureza mencionada refere à violência, notadamente aquela dos extremos (CLAUSEWITZ, 1984, p. 76). Então, o que seria a política absoluta? Elabore duas definições que explicam tal noção.

Primeiro, uma essência, uma idéia abstrata das relações políticas, semelhante ao caráter da guerra em seu tipo absoluto, jamais concretizada. Por que? Não se pode entender a guerra tampouco a política como ações dotadas de um resultado que seja considerado final, último. A disputa por poder, característica tanto da guerra quanto da política, enseja uma constante busca e consolidação do poderio dos sujeitos da ação envolvidos em

uma determinada luta, um permanente conflito. Trata-se de um processo em constante movimento, sem um desfecho. Portanto, a política absoluta pode ser definida como aquela ação política em que a luta pelo poder alcançou um patamar último, definitivo, um resultado final, de tal modo que se desarmou o inimigo e também aniquilou inapelavelmente as suas forças. Um dos lados em luta impôs sua vontade ao inimigo sem qualquer possibilidade de reversão de tal quadro. É uma definição puramente abstrata, sem conexão com a realidade.

A segunda definição refere àquela lógica subjacente às ações políticas fortes, configuradas da mesma maneira que a guerra. O ápice de uma ação política, a política absoluta, seria uma revolução. Em tal momento, o distanciamento, a hostilidade, os interesses excludentes, as diferentes concepções de mundo envolvendo os lados em luta, atingiriam uma feição bastante intensa. Trata-se de um fato concreto, real, em que a política não assumiu sua forma mais elevada através de uma guerra.

Isso posto, cabe também uma definição da política real. Constituiu-se naquela ação política concreta, real, em que há limites e relativização da capacidade do sujeito da ação impor seus desígnios ao oponente para a consecução de seu poder de forma definitiva.

Justifico tal aproximação entre a política e a guerra valendo-me da formulação do próprio Clausewitz. O general prussiano entende ser mais adequada a comparação da guerra com o comércio – também um conflito de interesses e atividades humanas - e ainda mais com a política, do que com a arte. A guerra só difere dos outros conflitos sociais pelo derramamento de sangue e tem na política a matriz na qual ela se desenvolve de modo embrionário, rudimentar (CLAUSEWITZ, 1984, p. 149).

Contudo, pode-se objetar: como pode existir dentro da própria formulação clausewitziana tal aproximação entre os diferentes tipos de guerra – real e absoluta - e classificação semelhante quanto à política? Retomando uma tese já tratada, a guerra somente alcançou patamar próximo do absoluto na Revolução Francesa, mais precisamente a partir de 1793. Conforme a análise clausewitziana, todo o referencial anterior sobre o fenômeno bélico se tornou antiquado. A guerra passou a ser manifestada com todo o vigor, toda a sua fúria, com fortes paixões, com uma gigantesca

mobilização de recursos e de toda a sua sociedade. Tudo isso sugeria uma mobilização que não mais reconhecia limites. Não era mais assunto restrito ao governo de um Estado. A França tornou a guerra assunto de todo um povo, composto por trinta milhões de indivíduos, todos considerando a si próprios cidadãos (CLAUSEWITZ, 1984, p. 592-593).

Tal caracterização do novo quadro da guerra nos leva inevitavelmente ao sentido aqui proposto de uma ação política forte, isto é, partimos da guerra para explicar a política. A Revolução Francesa, marcada por fortes sentimentos, paixões, por um elemento patético, mobilizador das massas e de recursos das mais diferentes ordens e de alcance transformador do mundo por excelência – considerando tanto a vasta mobilização social e as profundas mudanças no plano interno, com um forte sentido de nacionalismo e patriotismo, quanto a repercussão das suas idéias e pela busca por seus exércitos de uma transformação do mundo no plano externo -, o que guarda fortes paralelismos e traços comuns com a guerra, principalmente a absoluta. Ao tomarem-se todos esses aspectos concretizados de forma inovadora, a lógica política interna da França deu o tom, contribuiu para o modo como a guerra se manifestou no plano externo também. O vigor, as paixões, enfim, o elemento moral (terminologia que Clausewitz usa para referir aos elementos psicológicos), tem forte peso em tal caracterização. Não menos importante é a nova concepção de mundo que permeia todas as transformações desdobradas da Revolução Francesa, todos os aspectos referentes ao elemento moral das massas e, por conseguinte, também dos exércitos. Se nos valermos do já definido conceito de uma política absoluta como aquela concretizada em uma revolução, vigorosa e grandiosa, poderemos entender que ela foi fator marcante para a consecução de uma guerra próxima do tipo absoluto sob a liderança de Bonaparte. Consideremos o esforço absoluto acima mencionado para preservar o Estado francês e todo o entusiasmo e vigor revolucionários. A política alcançou sua forma mais intensa, próxima do absoluto, na jornada revolucionária francesa em diferentes momentos. Antes e depois da ascensão de Bonaparte ao poder, ela se manifestou no seu auge, tanto no plano interno, no curso do processo revolucionário, como guerra próxima ao tipo absoluto, no plano externo. Portanto, todo esse vigor da violência da guerra foi acompanhado *pari passu* pelos outros elementos ligados ao processo revolucionário francês.

Mostrarei como todo esse raciocínio está presente, de algum modo, nas formulações de Lenin. Argumentarei como alguns dos elementos presentes em Lenin são, de certa forma, esboçados na maneira como Marx e Engels receberam as formulações de Clausewitz e conceberam alguns pontos da relação entre guerra e política.

### ALGUNS ELEMENTOS DO PARENTESCO INTELECTUAL ENTRE MARX, ENGELS, LENIN E CLAUSEWITZ

O fato de Engels ter recomendado a Marx que lesse *Da Guerra*<sup>3</sup> e as citações em suas correspondências em que ambos dão crédito às teses do general prussiano, ilustram a importância de Clausewitz para os expoentes do materialismo histórico. Nesta carta, Engels se referiu ao raciocínio clauswitziano como um estranho modo de filosofar, mas que por si era muito bom. Conforme o próprio Engels, trata-se da reflexão de Clausewitz sobre a adequação de se entender a guerra como arte ou como ciência. O general prussiano se distancia das duas possibilidades e aproxima a guerra do comércio: o combate significa aquilo que o pagamento em espécie denota para o comércio. Talvez seja possível identificar tal aprovação de Engels em face de uma dialética que não exclui a guerra e relação ao comércio e à própria política: não são excludentes; a despeito de suas enormes diferenças e negações, fazem parte de um todo. Assim como o comércio e a guerra estão

<sup>3</sup> Engels faz tal recomendação em carta endereçada a Marx datada de 7 de janeiro de 1858. Ver a respeito ENGELS, 1983b, p. 241-242. Há outros exemplos de menções de crédito a Clausewitz: dois textos de Marx (MARX, 1983b, p. 445 e 1983c, p. 435) em que ele cita explicitamente o general prussiano para respaldar argumentos. Há carta em que Marx dá notícia de que lera Clausewitz e isso lhe tomou bastante tempo (MARX, 1983a, p. 198). Há outra carta de Engels com passagem elogiosa a Clausewitz (ENGELS, 1983a, p. 372), além de texto no qual credits ao general prussiano uma grande densidade sobre a história militar (ENGELS, 1983c, p. 450). A análise do professor de História Militar da Universidade de Tel Aviv, Azar Gat (GAT, 1992, p. 366) nega a admiração de Marx e Engels por Clausewitz. Gat assume ter Engels interesse maior pelos assuntos militares do que Marx e dá um peso demasiado aos escritos do primeiro, quase ignorando o segundo. De fato, as referências de Engels, de certa forma, diluem a importância de Clausewitz ao mencionarem outros estudiosos de assuntos militares junto com o general prussiano. Contudo, Gat ignora textos de Marx no seu argumento – citados nessa nota – que aludem diretamente ao general prussiano. Ao mesmo tempo, Gat não dá crédito algum às pequenas – mas efetivas – menções elogiosas ou aceitadoras de Marx e Engels a diferentes momentos da obra de Clausewitz. Outro ponto de divergência com a análise de Gat por nós formulado também diz respeito a fontes por ele utilizadas com relação a Lenin. Ao não fazer um trabalho mais abrangente quanto às fontes e formulações leninistas mais precoces – do início do século XX, como buscaremos argumentar mais abaixo – associa o interesse do líder bolchevique por Clausewitz somente em função da eclosão da Primeira Guerra Mundial e da sua denúncia do conflito bélico como instrumento político violento a serviço do imperialismo (IDEM, p. 371). Tal ponto era objeto de discórdia entre Lenin – crítico desta guerra – e os partidos da Segunda Internacional, apoiadores do conflito.

no domínio das relações humanas, ambos apontam para um objetivo uma imposição de vontade sobre outrem.

Ao longo de vários escritos de Marx e Engels, a guerra é tomada como sinônimo de luta, conflito e até mesmo como metáfora da política (MARX; ENGELS, 2012, p. 50, 56, 73; MARX, [19--?], p. 194) sem, no entanto, uma definição mais sistemática que permita uma definição próxima àquela que estabeleci acima aproximando a guerra da revolução ou das outras ações políticas fortes. Não há na obra de Marx e Engels, em primeiro momento, o estabelecimento de um argumento de uma relação direta de Clausewitz com a perspectiva dialética de Hegel. Também não há qualquer menção explícita na obra clausewitziana do filósofo de Stuttgart. Contudo, há possibilidade de Clausewitz ter convivido com o filósofo. Frequentaram os mesmos círculos artísticos e intelectuais em Berlim. Clausewitz foi diretor da Academia Militar de Berlim no mesmo período em que Hegel lecionou na Universidade da mesma cidade. Morreram no mesmo ano em função de uma epidemia de cólera. A dialética - termo usado explicitamente pelo general - conceitual clausewitziana poderia ser de alguma forma fruto do contato com Hegel.

Dentre várias passagens dos epígonos do materialismo histórico, destaque-se passagem de Engels em que ele aproxima a guerra da insurreição, inclusive na perspectiva organizativa de um exército, o que talvez possa sugerir a já referida aproximação entre guerra e revolução:

A [...] insurreição é uma arte, como a guerra... e está sujeita a certas regras que, se não forem bem obedecidas, levam à ruína... Primeiro, nunca brincar com a insurreição... ela é um cálculo muito incerto da ação contra forças que contam com a vantagem da organização, da disciplina e da autoridade... (ENGELS apud GALLIE, 1979, p. 84).

Por sua vez, Lenin foi leitor de Clausewitz numa chave hegeliana (LENIN, 1984, p. 235). Conforme Henri Lefebvre, o estudo do general prussiano não o influenciou (LEFEBVRE, 1975, p. 273). Apenas o ajudou a interpretar questões políticas em registro hegeliano afim ao marxismo. Entendemos que o interesse e o parentesco intelectual de Lenin em relação a Clausewitz vão além da perspectiva de aplicar as idéias do general prussiano à estratégia política, fundamentar a sua própria estratégia político-

-militar ou ainda colher meras lições sobre tática insurrecional, como formulam seus críticos<sup>4</sup>.

As primeiras referências mais explícitas de leitura de Clausewitz por Lenin datam de 1915, por ocasião de seu exílio em Genebra, quando fez anotações sobre *Da Guerra*. Entretanto, há indício de que tenha tomado contato bem anteriormente com tal obra, já no início do século XX (LEFEBVRE, 1975, p. 273). Este indício está em seus escritos de 1905<sup>5</sup>, como desenvolverei adiante. No ano referido, de acordo com as memórias da companheira de Lenin, Nadezda Konstantinovna Krupskaya,

Ilitch não somente leu Marx e Engels; estudou um grande número de obras militares; o problema da organização de uma insurreição lhe ocupou muito mais do que se crê normalmente (KRUPSKAYA, 1937, p. 72).

Outro argumento sobre o conhecimento da obra de Clausewitz próximo a este período está em *Que fazer?*, importante obra sobre a organização e a atuação partidárias, elaborada entre 1901 e 1902. Há nela metáforas e raciocínios que contemplam a lógica da guerra e como a mesma pode ser aplicada à política. Chamo a atenção para uma passagem em que Lenin analisa uma revolução. Ela tem seus altos e baixos, com diferentes intensidades de violência. Tal como na definição clausewitziana de guerra real já tratada acima, as diferentes batalhas mostram sucessivos e diferentes atos com distintas manifestações da violência e o resultado nunca é final. Sempre enseja a continuidade da luta, do conflito. Percebe-se que Lenin

<sup>4</sup> Críticos como Raymond Aron (1986c, p. 59).

<sup>5</sup> Há elaboração em linha distinta com a tese deste texto. Ou seja, não haveria um provável contato com a obra de Clausewitz já no início do século XX. Kipp (1985, p. 185-186) sustenta que a apropriação do general prussiano por Lenin só se deu em 1915 e serviu para suprimir uma deficiência teórica ou anomalia do marxismo posta pela Primeira Guerra Mundial. Tal anomalia se ligaria ao fato de Engels não ter previsto sobre a guerra o caráter que ela assumiria no conflito de 1914-19. Ademais, Marx e Engels não teriam antevisto o caráter maduro do capitalismo então existente no início do século XX. Outro ponto importante: a Primeira Guerra Mundial negava o internacionalismo e pacifismo proclamados por todos os social-democratas no âmbito da Segunda Internacional. O sentido de anomalia sugerido por Kipp é o do filósofo da ciência Thomas Kuhn (1970) e refere a uma deficiência frente a problemas postos pela realidade de uma teoria científica entendida como um paradigma. Sobre as anomalias dos paradigmas conforme este filósofo, consultar KUHN, 1970, p. 52-65. Esboçando uma perspectiva crítica sobre Kipp, questionamos também o uso da categoria kuhniana de paradigma para as humanidades ou ciências humanas, uma vez que ela foi somente concebida para as ciências naturais. Consultar a respeito KUHN, 1970, p. 174-210 e, em particular, as páginas 177 e 208-209. Uma análise nessa mesma direção é a de ASSIS, 1993, p. 133-164. Também sobre a avaliação de que a noção kuhniana de paradigma não foi concebida para as ciências humanas e foi testada apenas superficialmente nas ciências naturais, consulte LAUDAN et al., 1993, p. 8 e 21.

imputa o mesmo à revolução: “É a própria revolução não deve ser imaginada como acto único [...], mas como uma rápida sucessão de explosões mais ou menos violentas, alternando com frases de calma mais ou menos profunda” (LENIN, 1982c, p. 204).

Na mesma direção, tomamos emprestada a assertiva de Henri Lefebvre:

Na verdade, porém, o interesse com que Lenine leu Clausewitz vai muito mais longe. Lendo o estratega alemão, Lenine constata esta tese da dialética: não há discontinuidade (*sic*) absoluta nem continuidade absoluta. Há uma unidade entre a paz e a guerra, mas existem diferenças profundas e contradições entre ambas. Não é só nas guerras entre Estados que a política troca a pena pela espada. Esta proposição é também verdadeira na luta de classes. Essa luta, pensada politicamente por Lenine, pensa-se *estrategicamente*. Lenine julga que assim, e só assim, pode reconhecer e desvendar, as iniciativas, as ofensivas e os objectivos reais da classe adversa, que são também estratégicos. Além disto, as guerras entre nações, Estados e povos têm também um conteúdo de classe (um dos exemplos desta afirmação é o Estado opressor, um Estado de classe que, tendo de enfrentar dificuldades interiores e uma oposição poderosa, tenta a diversão clássica: a guerra. Foi o caso de Napoleão III em França – ou do czar em 1905 e 1914) (LEFEBVRE, 1975, p. 270-271, destaques no original).

No mesmo sentido, Lefebvre cita a fracassada aventura do exército czarista na guerra contra o Japão como tentativa de desviar a atenção dos gravíssimos problemas econômicos e sociais da Rússia em 1905.

Retomemos a epígrafe deste texto. Ela alude – ainda que de modo implícito - justamente à correspondência entre revolução e guerra como formas mais elevadas da política. Lenin usou-a para explicar os acontecimentos ligados à Revolução de 1905 em São Petersburgo e as manifestações de massas, inicialmente pacíficas, contra o governo czarista.

Há implicitamente no argumento de Lenin a formulação clauswitziana de que o oponente e o tipo de conflito por ele oferecido determinam a natureza das armas e o esforço a ser demandado numa interação entre os dois lados (CLAUSEWITZ, 1984, p. 81, 127). É o próprio Lenin quem reitera mais de uma vez em sua análises sobre as jornadas de 1905 que o governo buscou uma batalha e reprimiu violentamente todas as ma-

nifestações de massas em diferentes cidades. Conforme Lenin, os trabalhadores perceberam que sem armas eles podiam ser mortos pelo governo pelo menor pretexto possível em qualquer situação (LENIN, 1980, p. 14). Daí a necessidade dos trabalhadores recorrerem também à violência. Nesse sentido, explica-se a afirmação de Lenin de que revolução é guerra. Em São Petersburgo, um dos episódios dessa repressão foi o Domingo Sangrento. A repressão na cidade teve organização de caráter militar e comando de oficiais do exército imperial. Uma verdadeira batalha foi travada cruelmente contra os manifestantes.

Evidentemente que não se pode estabelecer uma completa correspondência entre as teses marxianas, engelsianas, leninianas e as formulações clausewitzianas. Marx e Engels não têm o foco em Estados em guerra, mas sim nas classes sociais dos distintos países belicosos. No caso de Lenin, destaque-se a menção à justiça e legitimidade da guerra, ponto não discutido pelo autor de *Da Guerra*. O referencial do interesse de classe ao qual serve uma guerra é um ponto diferenciador entre o general prussiano e o líder revolucionário russo. Lenin identifica a guerra justa e legítima no fato dela servir aos propósitos das massas contra o despotismo e a violência e não como interesse egoísta de dominadores e exploradores como ocorre nas demais guerras (LENIN, 1980, p. 13-14). Também de modo distinto, ressalte-se que a abordagem de guerra de Clausewitz não contempla a guerra civil, somente aquela entre Estados.

Por fim, abordamos um pouco sobre os trechos de *Da Guerra* destacados e comentados em Genebra, em 1915, por Lenin a propósito do tema em pauta nesse artigo:

1. Ao lado de passagem que contem o raciocínio do uso da política pacífica na forma da diplomacia e a política violenta na forma da guerra para a consecução dos objetivos políticos de um Estado (CLAUSEWITZ, 1984, p. 603), Lenin escreve: “ ‘Graus’ ‘Gradações’ da concepção de guerra e paz” (LENIN, 1979, p. 78);
2. Há a seguinte anotação ao lado de trecho em que Clausewitz sustenta a unidade contraditória entre paz e guerra na política (CLAUSEWITZ, 1984, p. 605-610): “o capítulo mais importante” (LENIN, 1979, p. 79).

3. É possível verificar a observação “Guerra = parte de um todo”; “Esse todo = a política” (LENIN, 1979, p. 81) ao lado de passagem em que Clausewitz sustenta que a guerra deve ser entendida como parte de um todo, a política. Se se considera a guerra na feição prática, ela não pode ser vista em si mesma. Não se pode tomar a guerra circunscrita somente à violência, como se tivesse suas próprias leis (CLAUSEWITZ, 1984, p. 605-606).

Verifica-se a partir das anotações em tela que Lenin tinha clareza sobre a política nas suas distintas faces, bem como o caráter indissolúvel entre guerra e política<sup>6</sup>.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Alguns pontos devem ser sublinhados nessa breve leitura com vistas a análises ulteriores.

Em primeiro lugar, as idéias fornecidas pela leitura de Clausewitz a Lenin reforçaram o entendimento fornecido pela história de que as revoluções e as guerras são o ponto alto da política e se entrecruzam em várias outras análises e contextos. Significativas passagens o demonstram: “[...] qualquer grande revolução, especialmente uma revolução socialista, mesmo se não existe uma guerra externa, é inconcebível sem uma guerra interna, isto é, sem guerra civil” (LENIN, 1982a, p. 578); “[...] a revolução é a luta de classes e a guerra civil mais agudas, mais furiosas, mais encarniçadas. Na história não houve uma só grande revolução sem guerra civil” (LENIN, 1982c, p. 351). A própria proposição leniniana de 1915 entre socialistas internacionalistas reunidos em Zimmerwald, Suíça, - derrotada por pequena margem nesse encontro – de transformar a então guerra mundial entre nações em guerra de classes seria mais um dos exemplos nesse sentido<sup>7</sup> (FONTES, 2008, p. 91).

---

<sup>6</sup> Analisei este tema de modo mais aprofundado em outro momento. Ver PASSOS, 2012.

<sup>7</sup> Sem analisar eventuais parentescos intelectuais entre Lenin e Clausewitz, o historiador Georges Haupt não vê, acertadamente, um padrão único de causalidade na relação entre guerra e revolução. Nesse sentido, em que pese a guerra russo-japonesa ter contribuído para a concretização da Revolução Russa de 1905, as classes revolucionárias russas não foram suficientemente fortes para a consecução da conquista do poder (HAUPT, 1971, p. 263). Em 1914, há uma nova constelação de forças que permite uma correlação entre guerra e a iminência da revolução (IDEM, p. 275). O ponto importante da análise do historiador, com o qual nos filiamos também, é a análise da especificidade histórica e concreta no sentido de apontar a relação entre revolução e guerra (IDEM, p. 258).

Em segundo lugar, pode-se ligar o pensamento de Lenin ao de Clausewitz de modo a desenvolver em outra oportunidade outros aspectos que evidenciam ainda mais o caráter dialético do pensamento de ambos e a relação dialética entre política e guerra. Seriam exemplares nesse sentido os pares conceituais clausewitzianos de defesa e ataque, tática e estratégia, meios e fins, real e absoluto. Há mais temas ligados à validade da guerra para a política a serem aprofundados no pensamento de Lenin: o partido e os aspectos de sua organização de caráter militar, sua tática e estratégia, a flexibilidade da organização do partido tal como um exército, dentre outros.

Por fim, entendemos que o parentesco entre os quatro autores aqui tratados pode ir além. Principalmente no tocante a Marx e Engels, bem menos abordados na presente análise. Sabe-se da enorme controvérsia na literatura especializada envolvendo o caráter da dialética clausewitziana e sua eventual compatibilidade com o aparato filosófico de Hegel e Kant, mas que escapa aos limites de espaço do presente texto. Afirma-se, à guisa de conclusão, que há rupturas, continuidades e parentescos intelectuais de Marx, Engels e Lenin em relação a Clausewitz. Destaque-se, contudo, um fortíssimo parentesco intelectual que permite identificar as bases historicistas e dialéticas de análise da guerra e da política convergentes em vários aspectos nos autores em tela, ponto também amparado em muitos estudos mas que também vão além dos limites desta reflexão. Em consonância com este entendimento, há uma bela passagem de Clausewitz que lembra formulações de Marx e Engels, com a qual terminamos esse texto: “[...] embora por muitos séculos elas possam existir e funcionar, até mesmo as mais sublimes criações da sociedade carregam em si mesmas o elemento de sua própria destruição” (apud PARET, 1985, p. 3).

## REFERÊNCIAS

- ARON, Raymond. *Paz e guerra entre as nações*. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1986a.
- \_\_\_\_\_. *Pensar a guerra, Clausewitz: a era européia*. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1986b.

\_\_\_\_\_. *Pensar a guerra, Clausewitz: a era planetária*. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1986c.

ASSIS, Jesus de Paula: Kuhn e as ciências sociais, *Estudos Avançados*, v. 17, n. 9, p. 133-164, 1993.

CLAUSEWITZ, Carl von. *On War*. Princeton: Princeton University, 1984.

ENGELS, Frederick. Engels to Joseph Weydemeyer in Franksfurt am Main, 19 June 1851. In: MARX, Karl; ENGELS, Frederick. *Collected works*. New York: International Publishers, 1983a. v. 38, p. 370-373.

\_\_\_\_\_. Engels to Marx, 7 January 1858. In: MARX, Karl; ENGELS, Frederick. *Collected works*. New York: International Publishers, 1983b. v. 40, p. 241-242.

\_\_\_\_\_. Introduction [To Sigmund Borkeim's pamphlet, in memory of the German *blood-and-thunder patriots*. 1806-1807]. In: MARX, Karl; ENGELS, Frederick. *Collected works*. New York: International Publishers, 1983c. v. 26, p. 446-451.

FONTES, Virgínia. O imperialismo: de Lenin aos dias atuais. *Outubro*, São Paulo, n. 17, p. 67-105, 2008.

GALLIE, W. B. *Os filósofos da paz e da guerra*. Rio de Janeiro: Artenova; Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1979.

GAT, Azar. Clausewitz and the marxists: yet another look. *Journal of Contemporary History*, v. 27, n. 2, p. 363-382, Apr. 1992.

HAUPT, Georges. Guerre et révolution chez Lénine. *Revue Française de Science Politique*, v. 21, n. 2, p. 256-280, 1971.

HOWARD, Michael. *Clausewitz*. Oxford: Oxford University Press, 1983.

JOUVENEL, Bertrand de. *De la politique pure*. Paris: Calmann-Lévy, 1963.

KIPP, Jacob W. The militarization of marxism, 1914-1921. *Military Affairs*, v. 49, n. 4, p. 184-191, Oct. 1985.

KRUPSKAYA, Nadezda Konstantinovna. El año 1905. In: \_\_\_\_\_. *Mi vida con Lenin (1893-1917)*. Santiago de Chile: Ercilla, 1937. p. 69-79.

KUHN, Thomas S. *The structure of scientific revolutions*. Chicago: Chicago University, 1970.

LAUDAN, Larry et al. Mudança científica: modelos filosóficos e pesquisa histórica. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17, n. 9, p. 7-89, 1993.

LEFEBVRE, Henri. *O pensamento de Lenine*. Lisboa: Moraes, 1975.

LENIN, Vladimir. Obras Póstumas del General Carl Von Clausewitz acerca de la conduccion de la guerra. In: ARICÓ, José; GÓMEZ, Jorge Tuta; SILBERBERG, María Inés (Org.). *Clausewitz em el pensamiento marxista – Lenin, Ancona, Braun, Razin, Stalin, Engelberg, Korfes – Cadernos de Pasado y Presente*. México: Siglo XXI, 1979. v. 75, p. 51-98.

\_\_\_\_\_. *1905 – Jornadas Revolucionárias*. Contagem: História, 1980.

\_\_\_\_\_. A situação internacional da República Soviética da Rússia e as tarefas fundamentais da revolução socialista, In: \_\_\_\_\_. *Obras escolhidas em três tomos*. São Paulo: Alfa-Omega, 1982a. v. 1, p. 559-587.

\_\_\_\_\_. Conservarão os bolcheviques o poder de Estado?. In: \_\_\_\_\_. *Obras escolhidas em três tomos*. São Paulo: Alfa-Omega, 1982b. v. 1, p. 327-365.

\_\_\_\_\_. Que fazer? – Problemas candentes do nosso movimento. In: \_\_\_\_\_. *Obras escolhidas em três tomos*. São Paulo: Alfa-Omega, 1982c. v. 1, p. 79-214.

\_\_\_\_\_. La bancarrota de a II Internacional. In: \_\_\_\_\_. *Obras completas*. Moscou: Progreso, 1984. v. 26.

MARX, Karl. Marx to Engels in St. Hélier in Jersey, 31 October 1857. In: MARX, Karl; ENGELS, Frederick. *Collected works*. New York: International Publishers, 1983a. v. 40, p. 197-198.

\_\_\_\_\_. Quid pro quo. In: MARX, Karl; ENGELS, Frederick. *Collected works*. New York: International Publishers, 1983b. v. 16, p. 445-449.

\_\_\_\_\_. Truth testified. In: MARX, Karl; ENGELS, Frederick. *Collected works*. New York: International Publishers, 1983c. v. 16, p. 435-438.

\_\_\_\_\_. Prefácio a A Guerra Camponesa na Alemanha. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, [19-?]. v. 2.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

NAVILLE, Pierre. Carl von Clausewitz et la théorie de la guerre. In: CLAUSEWITZ, Carl von. *De La Guerre*. Paris: Les Editions de Minuit, 1955. p. 19-37.

PARET, Peter. *Clausewitz and the State – the man, his theories, and his times*. Princeton: Princeton University Press, 1985.

PASSOS, Rodrigo. Uma leitura sobre Lenin, Clausewitz, a revolução e a guerra. *Outubro*, São Paulo, n. 20, p. 150-169, 2012.